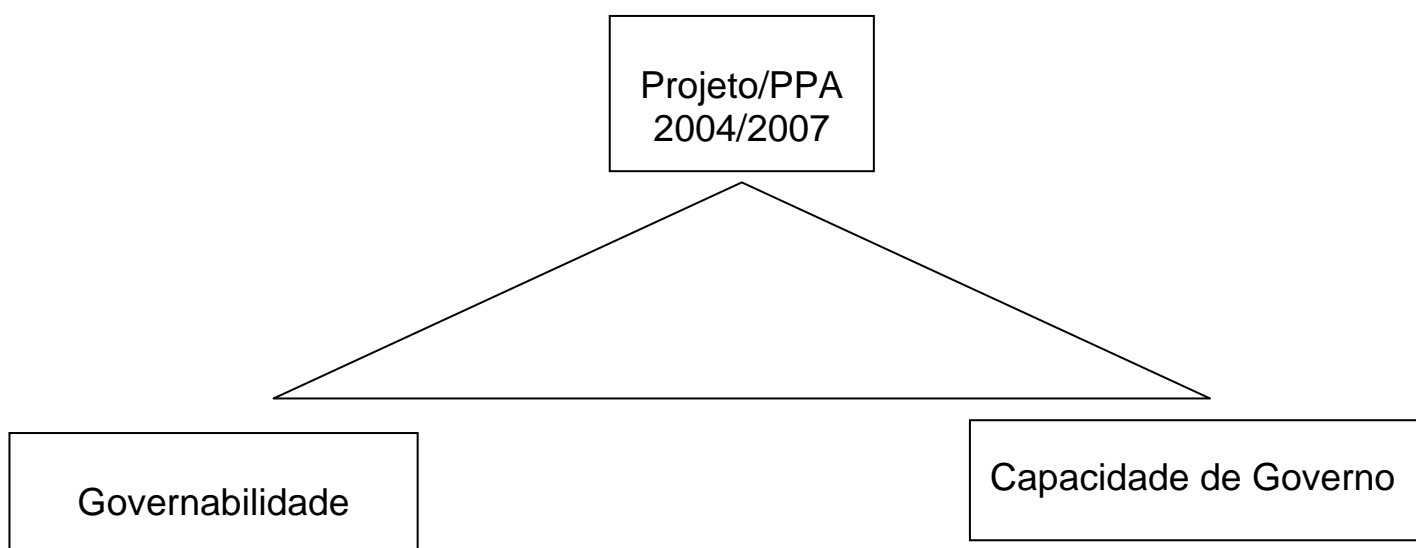


Metodologia Desenvolvida nas Coordenações da Gestão da DRTSE

1. Situação geral: Pregão, horário, plantão, diárias e outras.
2. Reuniões, Oficinas ou Dinâmicas para melhoria Institucional.
3. Rodízio de Estagiários.
4. Reuniões Delegada/Servidores em separado e geral para melhoria dos serviços oferecidos pela DRT/SE.

O TRIÂNGULO DE GOVERNO



Projeto

Conteúdo da proposta

O planejamento parte de uma seleção de problemas precisando as ações possíveis de se desencadear com base na:

Governabilidade

Controle

Amparo Legal

Influências

Limites de efetividade

Capacidade de Governo

Capacidade intelectual/conhecimento

Experiência

Capacidade pessoal de gestão institucional.

OPERAÇÕES NECESSÁRIAS PARA:

Melhoria dos sistemas de gerenciamento das ações e serviços da DRT / SE.

Definição da missão institucional;

Análise das deficiências objetivando encontrar alternativas relativas ao modelo de gerenciamento;

Definição de formas diferenciadas e criativas das ações a serem desenvolvidas, visando superar paradigmas: visual / individual e isolado;

Estruturação de novas formas de acompanhamento das ações na DRT.

Estabelecimento de itens prioritários e de procedimentos a serem adotados, incluindo todos os serviços oferecidos a sociedade pela DRT.

Estruturação de reuniões periódicas com os Atores necessários para novo planejamento com base no monitoramento e avaliação das ações para a continuidade das operações;

Elaboração de novas estratégias para acompanhamento de resultados não alcançados;

Análise das deficiências e alternativas relacionadas ao modelo da gestão;

Divulgação da legislação do trabalho e Políticas do MTE com o olhar para o PPA 2004/2007 do Governo Federal.

Análise de fóruns e sistemas de informação viáveis para dar visibilidade à legislação do trabalho reforçando a importância da participação das organizações de controle social;

Ampliação do espaço na mídia sobre as ações do Ministério do Trabalho através da DRT e dos parceiros;

Reunião com diretor de benefícios do INSS sobre CAT e outros benefícios de amparo social ao trabalhador e trabalhadora dos diversos setores organizados e informais.

Ampliação da Participação dos atores sociais nas ações desencadeadas pela DRT.

Realização de reunião DRT / Sindicatos / Ministério Público / e outros Atores para definir ações conjuntas e ingerências;

Ampliação da negociação como metodologia de ações transformadoras;

Incentivo à negociação tripartite;

Adequação e modernização do SFIT.

Reunião para análise do SFIT;

Encaminhamento a Brasília de propostas para ampliação do alcance pela DRT objetivando instrumentalizar as ações de fiscalização com dados estatísticos cruzando com dados de pesquisas de outras instituições inclusive o CAGED;

PLANEJAMENTO PARA AS AÇÕES DE ACOMPANHAMENTOS DAS ATIVIDADES DA DRT

I-Fase de diagnóstico:

1. Conhecer as atividades que serão alvo do serviço a ser prestado ou das ações que deverão ser monitoradas, acompanhadas e fiscalizadas pela DRT com base nas políticas públicas inerentes do MTE.

1.1 Coletar dados junto a DRT das ações já desencadeadas.

1.2 Realizar uma revisão bibliográfica (publicações específicas, Legislação, Convenções e recomendações da O.I.T.).

1.3 Contato com os sindicatos da categoria e outras instituições necessárias.

1.4 Contato com os parceiros para conhecer o desempenho das ações da DRT incluindo também a Fiscalização, principalmente contato com o responsável com poder de decisão.

1.5 Contato, quando necessário, a depender da ação fiscal, com outras instituições para valorização da Inspeção Prévia do ambiente e das condições do trabalho.

II-Fase Analítica:

1. Organização, análise e estabelecimento de prioridades.

1.1 Reunião com os atores sociais que representam os usuários da DRT e chefias.

1.2 Definição de critérios para estabelecer prioridades.

1.3 Cronograma de prazos para soluções.

III-Fase Operacional:

1. Planejamento de estratégias, cronograma de ação e implementação.

1.1 Reunião com as partes para rearranjos e negociação.

1.2 Desenvolvimento das ações pelo setor de qualidade, conforme o retrato do acompanhamento diário.

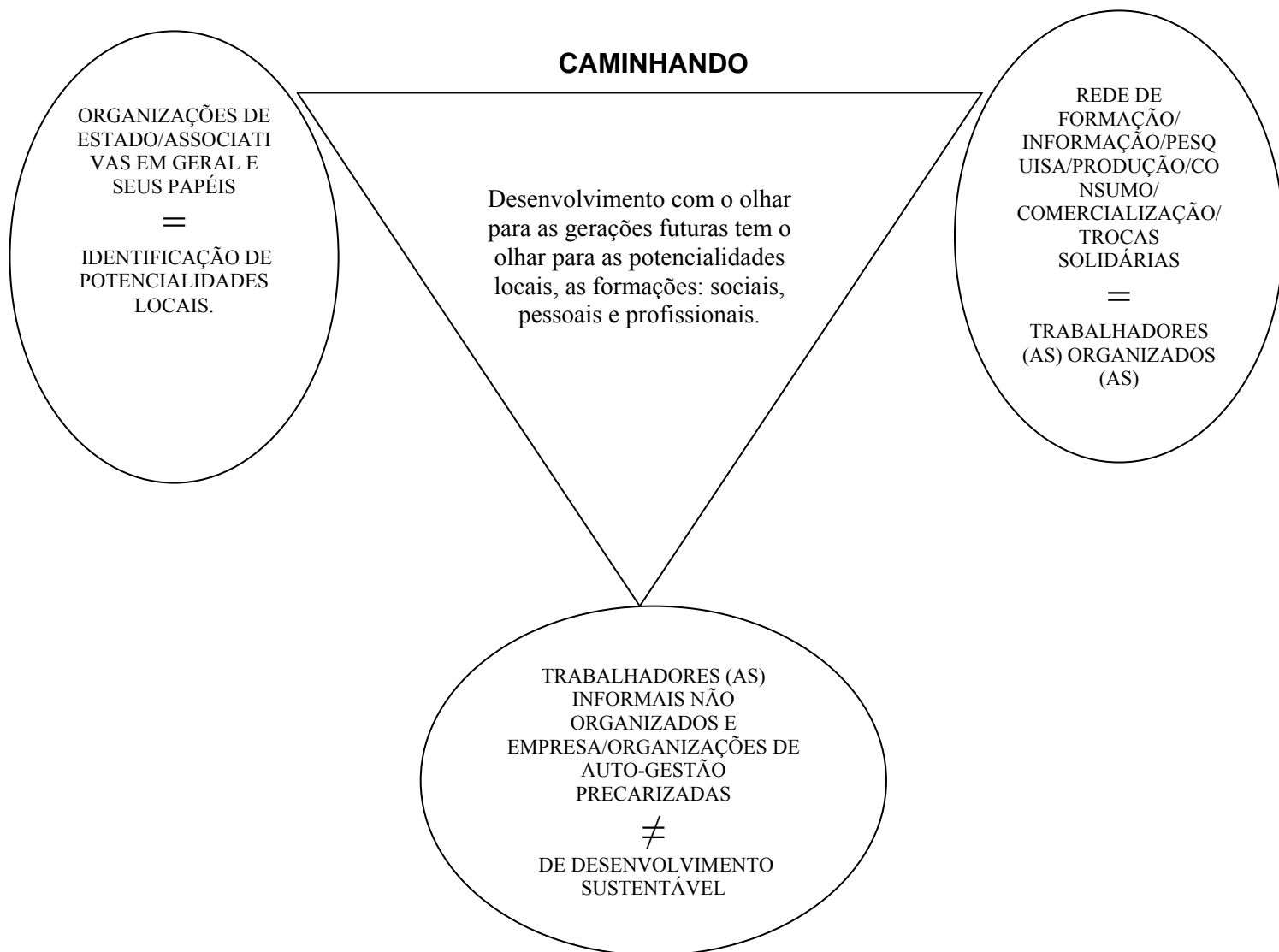
IV-Fase de Encaminhamento:

1. Relatório para os atores envolvidos.

1.1 Encaminhamento das dificuldades para o atendimento ao público e outros serviços; como também, para atender a demanda nos núcleos, a exemplo das dificuldades da SES, NSDAS, NIRP, NEFIT E NEGUR na busca de soluções com qualidade da ação fiscal iniciada.

1.2 Encaminhamento dos relatórios ao Gabinete, MTE, aos sindicatos, Promotoria e outras instituições quando necessário.

TRIÂNGULO PENSANDO DESENVOLVIMENTO



As barreiras culturais que impossibilitam o uso adequado das políticas públicas escondem várias faces ocultas de papéis de diversos atores, e é nesse sentido que precisamos entender aprofundando o olhar para os resultados das políticas de dominação, fortalecendo a inclusão social através do trabalho, analisando conforme TRIANGULO acima, as diversas barreiras culturais estereótipos de papéis institucionais, profissionais, que usa mecanismos de pulos e não de caminhar com os envolvidos quando da formação pessoal, social e profissional, minimizando mecanismos que impedem o entendimento de valorizar o saber fazer do ser

excluído ou excluída do ser incluído ou incluída no emprego, do ser incluído ou incluída nos programas de assistência, desenvolvimento social, como também nos econômicos dos governos com base nos seus PPA.

Com essa análise o papel da DRT contribui também lembrando da importância de se incluir nas ações o olhar para projetos de **PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL** com base na transversalidade das Políticas de Governo e de Estado junto aos 17 Ministérios e as 04 Secretarias ligadas diretamente a Presidência da República principalmente com trabalhadores e trabalhadoras **RURAIS** e da **PESCA** como também dos trabalhadores(as) que chamamos, muitas vezes de **INFORMAIS**, e cujos mecanismos são acionados através das várias ações de parceria e apoio ao desenvolvimento local solidário com vistas a geração de trabalho e renda disseminando, promovendo, implementando ações em comunidades pobres e em territórios que possuem potencial para o desenvolvimento de novas atividades econômicas, estimulando em especial:

- ⇒ A organização de empreendimentos coletivos solidários, que têm sido desencadeados com trabalhadores (as) que vivem em situação de desemprego;
- ⇒ Comunidades pobres;
- ⇒ Populações específicas de gênero e raça;
- ⇒ Beneficiários de bolsa família, Consórcio Social da Juventude e de outras Políticas Públicas de inclusão social através do trabalho;
- ⇒ Comunidades que desenvolvem atividades voltadas para o turismo;
- ⇒ Cooperativas, associações e redes de produção/consumo/comercialização;